



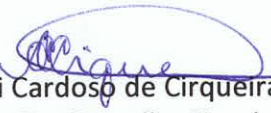
**ATA DO CONSELHO FISCAL DO APARECIDAPREV
SOBRE INFORMAÇÕES DA COMPETÊNCIA AGOSTO DE 2026**

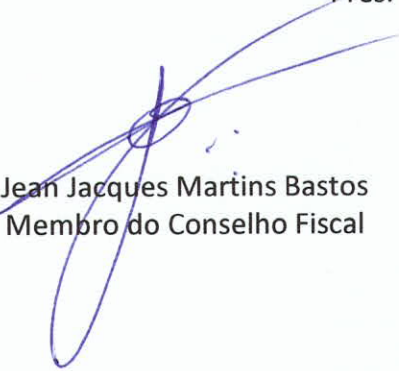
Os membros do Conselho Fiscal do Aparecidaprev, nomeados pelo Decreto "N" nº 649 de 14 de agosto de 2024, se reuniram nesta data, 30 de setembro de 2026 excepcionalmente às treze horas e trinta minutos, em reunião conjunta com o Conselho Municipal de Previdência, na sede do Instituto de Previdência, para receber e acompanhar as informações sobre a gestão do Instituto. A presente reunião tem como pauta os seguintes assuntos: **apresentação, análise, apreciação para aprovação dos resultados da carteira de aplicações financeiras e atos administrativos do mês de agosto de 2026 e outros assuntos correlatos.** Antes de iniciar a reunião foram entregues ao Conselho Fiscal os seguintes relatórios: Relatório de investimentos, financeiro e administrativo referente ao resultado do mês de agosto/2026, Comparativo da Receita Prevista com a Arrecadada, Comparativo da despesa autorizada com a realizada – Anexo XI e Demonstrativo da Despesa Orçamentária Autorizada com a Realizada por Categoria Econômica e Elemento de Despesa – Anexo 02, todos da competência agosto de 2026. O presidente do Conselho Municipal de Previdência - CMP, após confirmação de quórum declarou aberta a reunião comunicando a respeito da ausência da Presidente do Instituto a esta reunião. Ato contínuo e na ausência da Presidente do Instituto, o presidente do CMP passou a palavra ao Diretor Financeiro Khayo Eduardo para apresentação das informações econômicas, financeiras e administrativas.

O Diretor iniciou sua fala comentando suas percepções sobre o cenário econômico nacional e internacional, sobre a perspectiva da economia nacional tendo em vista os índices inflacionários e também o impacto dos conflitos internacionais que afetam todos os setores econômicos. Tratou dos reflexos da redução da taxa selic, bem como, da alteração na taxa de juros do governo americano. Na sequência o diretor passou a apresentação das informações financeiras, administrativas e econômica com o resultado do período. Foi demonstrado um patrimônio financeiro de R\$ 1.175.718.805,26, com um crescimento patrimonial de 12,19% no acumulado ano de 2026. A meta atuarial é IPCA + 5,61%. Quanto a este objetivo restou demonstrado um resultado de 0,98%, ficando acima da meta para o mês que era de 0,14%. A rentabilidade no mês de agosto foi de R\$ 11.178.813,44, acumulando R\$ 93.582.550,68. Dos recursos investidos, ainda temos muitos investimentos que seguem desenquadrados conforme Resolução 5272/2025, seja por nível de Pro-Gestão, seja pela natureza e composição dos próprios fundos onde os recursos se encontram investidos. As instituições ainda não equilibraram o patrimônio líquido dos fundos para adequar a



nova norma. O comitê de investimentos, assim como os demais conselhos continuam sem assessoria especializada para suporte nas decisões, infelizmente. Foi demonstrado ainda no relatório, informações quanto ao enquadramento da carteira de investimentos nos termos da Resolução 5272/2025. Do total de recursos investidos restou demonstrado que R\$ 1.141.000.343,98 são de recursos previdenciários e R\$ 34.718.461,28 são de recursos da taxa de administração do RPPS, totalizando R\$ 1.175.718.805,26. O relatório apresenta ainda informações com detalhamento da receita de contribuições previdenciárias funcional, patronal referentes a 5.449 servidores contribuintes, resultando num montante de R\$ 78.686.888,29 no exercício. Somada a esse resultado das contribuições constituíram receitas também as decorrentes dos parcelamentos e compensações previdenciárias acumulando a soma de R\$ 83.691.296,98. Foram demonstradas as informações relativas às despesas previdenciárias, que representou no mês um montante de R\$ 5.718.520,90 referentes a aposentadorias (1375 beneficiários), pensão por morte (322 beneficiários) e salário família (2 beneficiários). As despesas previdenciárias somam um montante de R\$ 32.431.137,62 no exercício. Encerrada as apresentações sobre a gestão administrativa, financeira e econômica do Instituto, o presidente do CMP colocou as informações para aprovação. Em ato continuo o diretor financeiro informou ao Presidente do CMP de reunião para apresentação e aprovação do calculo atuarial, da aprovação de credenciamento de instituições financeiras além das pautas ordinárias. Ficou definido que as reuniões extraordinárias ocorrerão em 07 e 21 de outubro e a reunião ordinária em 28 de outubro, vez que o governo estadual alterou o feriado de 28 para 30 de outubro. Sendo só o que tínhamos a registrar no momento este Conselho fará análise das informações posteriormente e emitirá opinião a respeito. Nada mais, encerra a reunião e lavra a presente ata, que segue assinada pelos membros presentes.


Alzeni Cardoso de Cirqueira
Pres. Do Conselho Fiscal


Jean Jacques Martins Bastos
Membro do Conselho Fiscal


Clayton Cesar Silva
Membro do Conselho Fiscal